



A Comissão de Justiça do Senado rejeitou emendas à proposta que permite a reeleição de ocupantes de cargos no Executivo. Página 4

ACM propõe esforço de todos e rito sumário contra impunidade

Denúncia de compra de votos é tema de pronunciamentos dos senadores Lúcio Alcântara, Ademir Andrade, Pedro Simon, Hugo Napoleão e Elcio Alvares

Mulheres e idosos cumprirão pena em presídio adequado

Mulheres e idosos passarão a cumprir penas de reclusão em estabelecimentos próprios, adequados à sua condição pessoal. A medida está prevista em alteração, aprovada ontem, na Lei de Execução Penal.

O plenário aprovou ainda projeto de resolução que autoriza o Rio Grande do Sul a emitir letras financeiras do Tesouro estadual para rolar dívida mobiliária. Autorizou também os estados do Piauí e do Rio Grande do Norte a realizarem operação de crédito junto ao Bird. **Página 6**

Senado aprova em segundo turno novas regras para MPs

Proposta que será enviada à Câmara proibe reedição de medidas provisórias e amplia o prazo de tramitação no Congresso de 30 para 90 dias. De acordo com substitutivo do senador José Fogaça, caberá a uma comissão mista examinar e emitir parecer sobre as MPs. **Página 6**

NESTA EDIÇÃO

1 Terras dos quilombos

A Comissão de Assuntos Sociais aprovou projeto que disciplina titulação imobiliária a remanescentes dos quilombos. **Página 8**

2 CPI ouve empresário

Manoel Moreira Neto negou ter acusado ex-prefeito Paulo Maluf. Empresas de Moreira serão investigadas. **Página 2**

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, defendeu o empenho de todos no combate à impunidade e propôs a adoção de processo de rito sumário no julgamento de casos de corrupção. O pronunciamento foi feito durante almoço no Hotel Bonaparte, promovido pela Associação Brasileira da Infra-Estrutura e Indústria de Base, em homenagem ao presidente do Senado. Em entrevista à imprensa, Antonio Carlos defendeu a cassação imediata dos deputados acusados de vender votos em favor da emenda da reeleição. A denúncia foi também tema de pronunciamentos dos senadores Lúcio Alcântara, Ademir Andrade, Hugo Napoleão, Pedro Simon e Elcio Alvares. **Páginas 3 a 5**

CPI DOS PRECATÓRIOS

Empresas suspeitas serão investigadas pelo governo

A pedido do relator Roberto Requião (PMDB-PR), a CPI dos Precatórios determinou ontem inspeção da Polícia Federal, da Receita Federal e do Banco Central nas empresas Sabra, CMA Plastics e CMA, que movimentaram cerca de R\$ 750 milhões supostamente oriundos de negócios de compra e venda de papéis emitidos para pagamento de precatórios. As empresas são de Manoel Moreira Neto, interrogado ontem pela CPI.

Moreira declarou que suas empresas, que movimentaram quase R\$1 bilhão em dois anos, jamais pagaram imposto de ren-



Requião e Cabral, durante a tomada do depoimento de Moreira

da. Admitiu que emprestou dinheiro a juros e disse desconhecer que a origem das operações realizadas por suas empresas "era espúria". Segundo Requião, a compra e venda de cheques admitidas por Moreira consistiam em lavagem e transferência de dinheiro de empresas,

entre as quais a Split e a Negocial, que atuavam na fraude dos precatórios. Conforme Wilson Kleinübing (PPL-SC), Moreira é a pessoa física e jurídica mais importante do relatório sobre a atuação do Beron nos negócios com títulos destinados a pagar precatórios.

Empresário nega que tenha implicado Maluf

O empresário Manoel Moreira Neto negou perante a CPI dos Precatórios ter dito que o ex-prefeito Paulo Maluf tinha conhecimento das irregularidades praticadas na prefeitura de São Paulo com a emissão e negociação de títulos públicos.

Ao interrogá-lo, o senador

Roberto Requião demonstrou que os inúmeros cheques que passaram pelas empresas do depoente foram preenchidos numa mesma máquina e com uma mesma grafia, no mesmo esquema utilizado por empresas da cadeia dos precatórios para esquentar dinheiro ilegal.

A CPI não vai mais ouvir o diretor do Banco Central, Gustavo Franco. O relator Roberto Requião retirou seu pedido de audiência, diante de ofício que recebeu da autoridade explicando que fora mal-interpretado em declarações dadas à imprensa.

Prefeitos querem garantir royalties sobre o petróleo

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu ontem apelo de prefeitos e vereadores de municípios fluminenses produtores de petróleo com vistas à manutenção do atual índice dos royalties pagos às localidades que sediam atividades de exploração petrolífera. Para isso, defendem alterações no projeto de lei que regulamenta a emenda constitucional que quebrou o monopólio do petróleo no país.

A proposição, como está, disseram eles, permitiria às empresas petrolíferas reduzir de 10 para 5% o valor dos royalties a serem pagos aos municípios. Já aprovada pela Câmara, a matéria tramita no Senado. Acompanhou a comitiva a bancada do Rio de Janeiro: Benedita da Silva (PT), Artur da Távola (PSDB) e Abdias Nascimento (PDT).

Antonio Carlos disse ser "sensível" ao pleito, tanto pelo fato de apoiar o princípio da descentralização de recursos quanto pelo destino nobre desses repasses "carimbados" (aplicação na preservação do meio ambiente).

Agenda do Dia

PRESIDENTE

Senador Antonio Carlos Magalhães

10h - Participa da sessão de abertura do Fórum Nacional de Secretários da Agricultura. Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho

11h - Recebe o secretário-geral da Marinha, almirante-de-esquadra Carlos Edmundo de Lacerda

11h30 - Recebe o presidente da Previ, Jair Antônio Bilac

12h - Recebe o presidente da BM&F, Manoel Cintra, acompanhado do conselheiro da Bovespa Eduardo Rocha Azevedo e do deputado Ronaldo Caiado

15h30 - Preside sessão deliberativa do Senado Federal

PLENÁRIO

14h30 - Sessão deliberativa do Senado

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: discussão em turno único dos *PDLs nºs 34 e 35/97, que aprovam a programação monetária relativa ao 1º e ao 2º trimestre de 1997, respectivamente; *Projeto de Resolução nº 60/97, que autoriza o estado do Piauí a contratar operação de crédito sob a forma de Termo Aditivo de Rerratificação ao Contrato de Abertura de Crédito celebrado em 5.12.96, junto à Caixa Econômica Federal; *Projeto de Resolução nº 61/97, que autoriza o estado do Espírito Santo a contratar operação de crédito junto à Caixa Econômica Federal, no valor de R\$ 64,6 milhões, para a cobertura de débitos trabalhistas da execução do Programa de Incentivo ao Desligamento Voluntário - PDV; discussão em turno suplementar do *PLC nº 42/95, que dispõe sobre a apresentação de recetário agrônomo para obtenção de financi-

amento agrícola; do *Substitutivo do Senado ao PLC nº 81/94, que altera a CLT, dispondo sobre o *ius postulandi*, a assistência judiciária e a representação dos menores no foro trabalhista; discussão em turno único do *PLS nº 206/95, que dispõe sobre a alocação, em depósitos especiais remunerados, de recursos da disponibilidade financeira do Fundo de Amparo ao Trabalhador/FAT, na Caixa Econômica Federal (financiamentos de táxis/CEF-TAXI); e do *Projeto de Resolução nº 115/95, que dispõe sobre a alienação de bens que integram o patrimônio do Senado Federal.

COMISSÕES

10h - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Pauta: *Messagem nº 99/97, do presidente da República, submetendo à apreciação do Senado Federal o nome do diplomata Marcos Castrioto de Azambuja, para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto à França.

Sala 07 - Ala Senador Alexandre Costa

11h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1507-19/97, que dispõe sobre medidas de fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional

Pauta: Eleição do presidente e do vice-presidente e escolha do relator. Sala 13 - Ala Senador Alexandre Costa

ESPECIAL

11h - Cerimônia de comemoração do Dia Internacional do Museu. Saíão Negro do Senado Federal (Museu)

18h - Palestra do senador Artur da Távola sobre o tema "Brahms no centenário de sua morte: estará morto o Romantismo?" Biblioteca do Senado

DENÚNCIAS

Lúcio Alcântara lamenta fatos "desabonadores"

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) disse ontem que a sucessão de fatos "desabonadores", como o escândalo das arbitragens no futebol e as denúncias de compra de votos na Câmara, prejudica a auto-estima do povo brasileiro. "Preocupa-me que tudo isso gere na sociedade uma sensação de impunidade, que alimenta todos esses fatos", ponderou.

Os brasileiros, conforme Alcântara, estão abalados com o fato de que os escândalos não estão mais restritos às instituições públicas, mas estendem-se também a entidades autônomas, como no caso das denúncias na arbitragem na Confederação Brasileira de Futebol (CBF).

Tuma propõe convite a Pelé e Juca Kfourri

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado (CCJ) aprovou requerimento do senador Romeu Tuma



Romeu Tuma

(PFL-SP) para que sejam convidados o ministro dos Esportes, Edson Arantes do Nascimento, o Pelé, e o jornalista Juca Kfourri a comparecerem à comissão, em data a ser definida, a fim de prestarem esclarecimentos a respeito das denúncias de corrupção no futebol.

Segundo o senador, "a indignação do nosso povo exige dos parlamentares o conhecimento de todas as nuances do assunto e das providências adotadas".

ACM defende o rito sumário para punir casos de corrupção

Crise de credibilidade afeta os três Poderes, segundo o presidente do Congresso, que considera "forçada" a acusação a Sérgio Motta

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, manifestou ontem a empresários membros da Abdib (Associação Brasileira da Infra-Estrutura e Indústria de Base) sua preocupação com a crise de credibilidade que está afetando os três Poderes da República, em função de denúncias de corrupção, e defendeu o empenho de todos no combate à impunidade, propondo ainda a adoção de processo de rito sumário, com duração de no máximo três meses, no julgamento de casos de corrupção.

O senador disse que, no caso dos deputados envolvidos em venda de votos, a perda do mandato deveria ser imediata, precedendo inclusive as investigações mais aprofundadas do caso. Ele ressaltou que, embora o Legislativo seja mais vulnerável perante a opinião pública, os outros Poderes também são culpados pela situação de revolta com a impunidade.

Segundo Antonio Carlos, a concessão de indenizações tidas como abusivas pelos juízes, como a de R\$ 255 milhões no



Antonio Carlos

Maranhão, e outra de R\$ 4 bilhões na Bahia, são exemplos de comportamento inadequado, que, ao lado de acusações de corrupção e corporativismo, estão levando o povo a perder a confiança no Judiciário. Já o Executivo agrava a crise de credibilidade ao demorar na punição de atos de im-

probidade.

A imprensa também tem sua parcela de culpa, de acordo com o presidente do Congresso, que citou a denúncia de envolvimento do ministro das Comunicações, Sérgio Motta, em corrupção de deputados, e concluiu: "O fato é que essas denúncias são muitas vezes forçadas para atingir o presidente da República e contaminar o processo de reeleição".

Senador apóia decisão do PFL de expulsar deputados

"A demora nas punições é que está desmoralizando os Poderes no Brasil": a afirmação é do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, que defendeu ontem à noite, em entrevista à imprensa, a cassação imediata dos deputados envolvidos em corrupção pelo plenário da Câmara, a partir de apuração sumária promovida pela Mesa. O senador acha que a constituição de uma CPI é ineficaz diante dos longos prazos necessários ao seu funcionamento, e considerou "levianas" as acusações con-

tra o ministro das Comunicações, Sérgio Motta.

O senador apoiou a decisão "sábia" do PFL, que expulsou os deputados envolvidos, e disse que a veracidade das acusações contra eles "é tão evidente, é coisa que não precisa nem provar".

Antonio Carlos afirmou que a sindicância é dispensável diante das evidências, e que não acredita que a Justiça venha a derrubar tal decisão, "porque ela estaria baseada nos princípios morais que a opinião pública deseja sejam imprimidos à vida pública nacional".

"Evidência dispensa provas"

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, defendeu, no encerramento da sessão de ontem, mudanças nos métodos legais para que casos de corrupção sejam investigados mais rapidamente. "Tudo o que está acontecendo no Brasil é fruto da impunidade, que está

crescendo cada vez mais, e a sociedade está cansada disso."

- Chegou a hora de um entendimento do Congresso Nacional com a sociedade para não permitir que os escândalos evoluam rapidamente. Não é possível que a cassação de um deputado leve até dez meses. É preciso que, em casos de

evidências fortes, sejam tomadas atitudes sumárias, pois, como é notório, evidência dispensa provas - afirmou.

Antonio Carlos assinalou que, como presidente do Congresso, tem adotado atitudes moralizadoras e prometeu continuar lutando pela moralidade da instituição.

REELEIÇÃO

CCJ rejeita emendas e aprova texto do relator

Comissão acolhe na íntegra relatório de Francelino, que mantém proposta da Câmara dos Deputados e será submetido à apreciação do plenário do Senado, na próxima quarta-feira

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado (CCJ), presidida pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM), aprovou ontem o parecer do senador Francelino Pereira (PFL-MG) contrário às emendas de plenário apresentadas à proposta de emenda constitucional que permite a reeleição de presidente da República, governadores e prefeitos.

Antes, a comissão havia rejeitado, por 16 votos a sete, requerimento do senador José Eduardo Dutra (PT-SE) para adiar a votação da matéria. O parecer de Francelino mantém



Francelino defende seu parecer, na reunião presidida por Cabral

o texto aprovado pela Câmara. Na próxima quarta-feira (dia 21), a proposta deverá ser apreciada em primeiro turno pelo plenário do Senado. As emendas rejeitadas são de autoria dos senadores Lucídio

Portella (PPB-PI), Pedro Simon (PMDB-RS), Carlos Patrocínio (PFL-TO) e José Eduardo Dutra.

Os senadores Josaphat Marinho (PFL-BA) e Pedro Simon, contrários à proposta de

reeleição, alertaram que o Congresso, se aprovar a medida, estará quebrando uma tradição constitucional histórica. O senador Jefferson Peres (PSDB-AM), embora favorável à reeleição, entende que, sem a desincompatibilização, "serão criados privilégios para os entronizados no poder público".

O relator Francelino Pereira sustentou que a proposta de reeleição atende às necessidades de modernização do sistema eleitoral brasileiro e que a exigência de um referendo poderia prejudicar os prazos para vigência da futura lei.

Hugo Napoleão anuncia expulsão do PFL dos deputados Ronivon Santiago e João Maia

O senador Hugo Napoleão (PFL-PI) anunciou ontem, em plenário, que em reunião realizada de manhã a Comissão Executiva Nacional do PFL decidiu expulsar de seus quadros os deputados Ronivon Santiago e João Maia.

Segundo o senador, em carta dirigida ao presidente da Câmara, deputado Michel Temer, e aos líderes do partido no Senado e na Câmara, respectivamente, Hugo Napoleão e Inocêncio de Oliveira, o deputado José Jorge, presidente nacional do PFL, informa que



Hugo Napoleão

"os motivos que levaram o PFL a essa decisão extrema" foram as denúncias feitas pelo jornal *Folha de S. Paulo*.

Ainda conforme a carta, lida na íntegra por Hugo Napoleão, a proposta de expulsão foi feita pelo deputado Luís Eduardo Magalhães e o Conselho de Ética Partidária manifestou-se a favor da providência, por considerar os deputados como "ou réus confessos ou caluniadores".

A Executiva Nacional do PFL, acrescentou o senador,

também decidiu designar o ex-deputado Nelson Morro, presidente do Conselho de Ética, para acompanhar os trabalhos da comissão de sindicância nomeada por Michel Temer. Nelson Morro deverá "aquilatar o envolvimento dos demais citados nas referidas reportagens veiculadas pela *Folha de S. Paulo*, para relatar à Executiva e esta tomar as providências cabíveis".

A decisão de expulsar os deputados, frisou o senador Hugo Napoleão, visou "à preservação dos valores éticos e morais fixados no programa partidário".

Ademir defende CPI para apurar venda de votos

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) defendeu ontem a retirada de pauta da emenda da reeleição e a



Ademir

imediate instalação de uma CPI para apurar o envolvimento de deputados na votação da matéria. Esse é, segundo o senador, o entendimento do Bloco Oposição, ao considerar "extremamente graves os fatos publicados pela *Folha de S. Paulo*, que, colocando sob suspeita o ministro Sérgio Motta, envolvem o próprio presidente da República".

- Por isso, o Bloco entende que a emenda da reeleição deve ficar sobrestada até que se esclareça tudo sobre o que teria ocorrido na Câmara dos Deputados durante a votação da matéria - disse Ademir, propondo ainda a quebra de sigilo bancário dos acusados.

Ademir parabenizou a decisão do PFL de expulsar os deputados envolvidos nas denúncias.

Decisão do partido agrada a Simon

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) felicitou ontem a Comissão Executiva do PFL pela decisão de expulsar do partido os deputados Ronivon Santiago e João Maia.

Na opinião do senador, a

atitude do PFL, um dos principais partidos de sustentação do governo no Congresso, é um exemplo



Pedro Simon

para o próprio Executivo.

Pedro Simon também lamentou que a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) tenha, quase por unanimidade, decidido "votar a emenda da reeleição no atropelo".

REELEIÇÃO

Elcio divulga nota de Sérgio Motta

Líder do governo no Senado disse ontem, em plenário, ter tomado a defesa do ministro das Comunicações, desde o primeiro momento, por saber que ele é um homem correto

O líder do governo no Senado, Elcio Alvares (PFL-ES), leu ontem nota oficial divulgada pelo ministro das Comunicações, Sérgio Motta, contestando a veracidade dos fatos noticiados pela *Folha de S. Paulo* sobre a sua participação na compra de votos para aprovar a emenda da reeleição.

Na nota, o ministro Sérgio Motta afirma que a manchete da notícia publicada pelo jornal "é caluniosa e tendenciosa", pois nada tem a ver com o conteúdo da matéria. Trata-se, a seu ver, de uma

atitude que "fere a ética jornalística e o mais comedido respeito aos direitos do cidadão". Conforme asseverou, a leitura das transcrições demonstra não haver qualquer acusação concreta ou fato real contra ele.

Sérgio Motta anuncia na nota que, após as apurações em andamento na Câmara dos Deputados, se for necessário ou se restarem dúvidas, tomará as providências judiciais cabíveis. Imediatamente, promoverá "a interpelação dos parlamentares mencionados para que neguem ou confir-



Elcio Alvares

mem o que está contido nas matérias divulgadas pela *Folha de S. Paulo*", assegurou.

Elcio Alvares disse ter tomado a defesa do ministro desde o primeiro momento por saber que ele é um homem correto. A seu ver, a nota oficial traz os esclarecimentos

necessários e expressa a "filosofia de um governo que tem sido aplaudido por todos".

Ao destacar o respeito e a admiração que tem pelo titular da pasta das Comunicações, Elcio Alvares afirmou ser "testemunha da probidade" de Sérgio Motta na discussão de projetos e "em todas as oportunidades em que o ministro colocou sua inteligência a serviço do país". Ele ressaltou a necessidade de se buscar, "com rigor e seriedade", esclarecer toda a verdade "para que não paire nenhuma dúvida sobre o assunto".

ACM não vê fato concreto contra ministro

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, afirmou ontem que, pelo que leu na imprensa, não viu nada que comprometa o ministro das Comunicações, Sérgio Motta. "Se ele tem outros defeitos, tudo bem, mas acusá-lo nessa hora é injusto", disse.

Conforme o senador, a menção ao ministro feita na conversa telefônica de um dos acusados de corrupção é irrelevante, pois "parte de uma pessoa sem credibilidade".

- Não há nenhuma acusação, há uma citação do nome do ministro. Quando ele for acusado de algum fato comprovado, deve ser condenado. Mas acusá-lo sem que ele tenha culpa, é injusto - acrescentou.

Antonio Carlos também garantiu que os que acusam o governador do Amazonas, Amazonino Mendes, "não têm moral para fazê-lo".

Senadores se manifestam sobre documento

A leitura da nota oficial do ministro das Comunicações, Sérgio Motta, pelo líder do governo no Senado, Elcio Alvares (PFL-ES), provocou a manifestação de vários senadores, no plenário da Casa.

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) disse que "seria uma decepção para quem conhece a história do ministro Sérgio Motta" se a denúncia da *Folha de S. Paulo* fosse verdadeira. Ele pediu cautela na análise das gravações transcritas pelo jornal.

Já o senador Pedro Simon (PMDB-RS), destacando a oposição que Sérgio Motta fez ao regime militar, assinalou que o ministro é um homem sério e digno. A seu ver, deve haver "uma apuração rigorosa dos fatos".

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) afirmou que Sérgio Motta foi quem in-

troduziu o mecanismo das concorrências para a concessão de rádio e televisão. No seu entender, o ministro mostra ser o oposto do que a imprensa divulgou.

Já o senador Valmir Campello (PTB-DF) declarou que ser político no Brasil está ficando cada vez mais difícil e Sérgio Motta "é um homem polêmico pelo seu trabalho e sua vontade de acertar".

Ao manifestar sua solidariedade ao ministro das Comunicações, o senador José Ignácio Ferreira (PSDB-ES) assinalou que Sérgio Motta é o párrafo do governo.

O senador José Serra (PSDB-SP) citou ter ficado satisfeito com as explicações contidas na nota oficial divulgada por Sérgio Motta. Conforme acredita, o ministro, em sua vida pública, tem um único norte: o interesse público. Prova disso, de acordo com José Serra, é o interesse que demonstrou pela

apuração rigorosa dos fatos.

Também elogiando a nota oficial, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) defendeu a criação de uma CPI para apurar os fatos.

O senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) comentou que o ministro das Comunicações sempre teve uma participação aberta, transparente, em todas as articulações políticas. Na sua opinião, a nota oficial de Sérgio Motta é de "uma clareza e franqueza" próprias do ministro.

Manifestando a convicção de que a sociedade brasileira não acredita no envolvimento do ministro no episódio, o senador Edison Lobão (PFL-MA) garantiu não ter precisado da nota oficial do ministro para acreditar na inocência dele.

Por sua vez, o senador Hugo Napoleão (PFL-PI) disse que a nota oficial demonstra que o ministro Sérgio Motta nada tem a rezear com relação à sua conduta.

"Um homem sério e digno", na opinião de Simon

Senado aprova novas regras para MPs

Acolhido em segundo turno pelo plenário, substitutivo de José Fogaça vai agora à análise da Câmara dos Deputados. Josaphat e senadores do Bloco Oposição apontam contradição

Por 57 votos a favor, 12 contra e uma abstenção, o plenário do Senado aprovou ontem, em segundo e último turno,



Fogaça

o substitutivo do senador José Fogaça (PMDB-RS) às emendas constitucionais referentes à edição de medidas provisórias. A proposta será apreciada agora pela Câmara dos Deputados.

Pela emenda aprovada, as medidas provisórias (MPs) perderão eficácia se não forem convertidas em lei no prazo de 90 dias, sendo permitida a prorrogação por igual período. Além disso, é proibida a reedição to-



Josaphat

tal ou parcial, na mesma sessão legislativa, de MP que tenha sido rejeitada ou não tenha sido conver-

tida em lei. Pelas novas regras, não poderão ser objeto de MP, entre outras matérias, as três peças orçamentárias (Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Orçamento Geral da União), assim como solicitações de créditos adicionais.

Josaphat Marinho (PFL-BA) e os senadores do Bloco Oposição José Eduardo Dutra (PT-SE), Sebastião Rocha (PDT-

AP), Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) e Ademir Andrade (PSB-PA) afirmaram que o texto final abriga uma contradição: o relator "enxertou", na opinião de Josaphat, a prerrogativa de o presidente da República dispor sobre a estruturação e atribuições de ministérios e órgãos da administração pública. Para tanto, foi suprimido da Constituição artigo referente às prerrogativas do Congresso, mas foi mantido o artigo 61, que dispõe sobre a iniciativa de lei do Executivo sobre a mesma matéria.

O presidente do Senado disse que, "quando for enviada à Câmara, à proposta de emenda constitucional será anexado o pronunciamento de Josaphat".

Rolagem da dívida do RS é autorizada

O plenário do Senado aprovou ontem projeto de resolução que autoriza o Rio Grande do Sul a emitir letras financeiras do Tesouro estadual para rolar 98% da dívida mobiliária com vencimento ontem. Em valores de 31 de janeiro de 1997, os títulos a serem substituídos pela emissão correspondem a R\$ 373 milhões 643 mil e 27,52.

Por iniciativa do relator da matéria, senador Pedro Simon (PMDB-RS), o projeto de resolução aprovado acolheu sugestões apresentadas pela CPI dos Precatórios. Assim, o anúncio do leilão para oferta dos títulos deverá ser feito com no mínimo três dias de antecedência e o governo estadual deverá encaminhar ao Senado, para exame da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), toda a documentação referente à emissão. Concluída a operação, o Banco Central terá 14 dias para enviar à CAE todos os registros de compra e venda dos títulos.

O senador José Fogaça (PMDB-RS), que apresentou emenda de plenário ampliando a rolagem para 100% do total da dívida vencível no primeiro semestre, retirou-a após ponderação de Esperidião Amin (PPB-SC). Segundo o senador catarinense, a CAE chegou a uma "trégua federativa" de permitir rolagens de até 98% das dívidas estaduais. A seu ver, ela deveria ser mantida, mesmo porque o Rio Grande do Sul está inadimplente e ultrapassou o limite constitucional de 60% das contas correntes com despesas de pessoal. O governo gaúcho foi, ainda, o que obteve maior índice de federalização das dívidas estaduais, disse Amin.

Empréstimos para PI e RN através do Bird

O plenário do Senado aprovou ontem projeto de resolução que autoriza os estados do Piauí e do Rio Grande do Norte a realizarem operações de crédito junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird).

O governo do Piauí poderá receber 30 milhões de dólares e elevar temporariamente os limites de endividamento. Os recursos serão aplicados no Projeto de Combate à Pobreza Rural. O Rio Grande do Norte captará 24 milhões de dólares, destinados ao Projeto de Apoio ao Pequeno Produtor.

Ambos os empréstimos serão avalizados pela União e deverão cumprir condições idênticas: juros anuais de 0,5% acima da taxa equivalente ao custo de empréstimos qualificados; 0,75% anuais de encargos sobre o montante não desembolsado, aplicados a partir de 60 dias após a assinatura dos contratos; e pagamento do principal em 20 prestações mensais sucessivas.

Mulher e idoso cumprirão pena em estabelecimentos próprios

Conforme modificação na Lei de Execução Penal aprovada ontem pelo Senado, mulheres e idosos com mais de 60 anos passarão a cumprir penas de reclusão em estabelecimentos



Jefferson

próprios, adequados à sua condição pessoal. Originário da Câmara, o projeto vai à sanção presidencial.

Em parecer apresentado à CCI, o senador Jefferson Peres (PSDB-AM) destacou que a Lei de Execução Penal já garante à mulher uma reclusão

separada, de modo que o projeto amplia essa garantia aos idosos.

José Ignácio (PSDB-ES) observou que a proposta visava ao cumprimento do artigo 227 da Constituição, segundo o qual a família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar os idosos.

Já para o senador Romeu Tuma (PFL-SP), é preciso que o Senado procure, junto aos governos estaduais, garantir o inteiro cumprimento da lei.

Acolhida indicação de embaixadores

O Senado deliberou ontem pela aprovação de três indicações presidenciais de embaixadores do Brasil no exterior. Carlos Moreira Garcia será o embaixador do Brasil na Espanha e Theresia Maria Machado Quintella acumulará a função atual, de

embaixadora junto à Federação da Rússia, com a de representar o Brasil junto à República da Geórgia. Oto Agripino Maia, embaixador brasileiro na África do Sul, também acumulará a função junto à República de Botsuana.

Arlindo Porto recebe apoio de senadores

Patrocínio denuncia tentativa de desestabilização do ministro e alerta: "Sempre que a agricultura brasileira começa a dar certo, aparece alguém para querer atrapalhar"

■ Benedita elogia fórum pela paz

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) elogiou ontem o jornal *O Dia* pela promoção do fórum *Rio em Paz*, objetivando a pacificação do Rio de Janeiro. Ela gostaria que as propostas de combate à violência urbana apresentadas durante o encontro, entre as quais a que dá proteção às testemunhas, resultassem em ações concretas.



Benedita

O senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) condenou ontem qualquer tentativa de desestabilizar o trabalho que o ministro da Agricultura, Arlindo Porto, vem desenvolvendo. Para o senador, o ministro "está sendo tratado como um criminoso" simplesmente porque atendeu às emendas propostas pelos parlamentares, quando da elaboração do Orçamento da União.

Na sua opinião, "sempre que a agricultura brasileira começa a dar certo, aparece alguém para querer atrapalhar o seu desenvolvimento. Patrocínio destacou que o ministro Arlindo Porto "é um homem identificado com o campo e devotado à agricultura, e que tem procurado fiscalizar cada verba que é aplicada em benefício desse setor".



Carlos Patrocínio

Em apertes, os senadores Valmir Campelo (PTB-DF), José Bianco (PFL-RO), Odacir Soares (PFL-RO), Carlos Bezerra (PMDB-MT) e Jonas Pinheiro (PFL-MT) apoiaram o pronunciamento de Patrocínio.

SEM-TERRA

Patrocínio também condenou as invasões das propriedades rurais pelo Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra. Ele disse estar preocupado com o movimento, por um lado, está crescendo e, por outro, "os fazendeiros estão se armando para defender suas propriedades".

Em aparte, Carlos Bezerra disse que o país não pode mais conviver com uma política econômica de concentração de riquezas, enquanto os problemas sociais afloram a cada dia.



Waldeck Ornelas

Waldeck propõe tecnologias no combate à seca

O relator da Comissão de Políticas para o Desenvolvimento do Nordeste, senador Waldeck Ornelas (PFL-BA), defendeu ontem a incorporação das prefeituras num programa de difusão de novas tecnologias para a agricultura e a pecuária nordestinas. O senador afirmou estar superada a atual política de combate à seca através do Dnocs e a convivência com a estiagem por meio das frentes de trabalho. A seu ver, a saída consiste em se considerar a diversidade ambiental do Nordeste.

Em depoimento ontem na comissão, o agrônomo Manoel Abílio de Queiroz, diretor da Embrapa em Petrolina (PE), disse que 20 milhões de hectares, que correspondem a 12% de toda a região nordestina e 66% do Semi-Árido, estão afetados por níveis elevados de degradação ambiental.

No entanto, para Queiroz, a degradação pode ser evitada. Uma das soluções propostas pela Embrapa, conforme o engenheiro, está no melhoramento de espécies nativas e na introdução e adaptação de espécies exóticas para alimentação dos rebanhos, misturando-as à vegetação da caatinga.

O senador Joel de Hollanda (PFL-PE) considerou a palestra de Queiroz importante para o relatório final e garantiu que, quando o Orçamento da União for votado, "teremos todo o cuidado com a Embrapa".

■ Crédito a taxistas e microempresa

O plenário do Senado discute hoje, em turno único, projeto de autoria do senador Humberto Lucena (PMDB-PB) que visa à abertura de uma linha de financiamento de R\$ 700 milhões para as micro e pequenas empresas, e outra de R\$ 300 milhões para taxistas, com recursos do FAT.

Para viabilizar a medida, o projeto autoriza a alocação, em depósitos especiais remunerados na CEF, de recursos da disponibilidade financeira do FAT, no total de R\$ 1 bilhão.

■ CRE aprecia nome de embaixador

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional aprecia hoje, às 10h, mensagem do presidente da República submetendo à apreciação do Senado Federal o nome do diplomata Marcos Castrioto de Azambuja para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto à França.

Às 11h, a comissão destina a emitir parecer sobre a medida provisória que dispõe sobre o fortalecimento do Sistema Financeiro reúne-se para a eleição da Mesa

Jonas defende viabilização da hidrovia Araguaia-Tocantins

O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) pediu ontem ao governo a implementação da hidrovia Araguaia-Tocantins. A seu ver, o projeto "vai baratear os custos de escoamento dos produtos originários das áreas de influência desses rios".

Segundo o senador, a realização do projeto está na dependência da execução de obras para "tornar os rios Tocantins e Araguaia totalmente navegáveis desde Goiás e Mato Grosso até Belém, a um custo de R\$ 250 milhões". Ele disse ainda que, numa etapa posterior, é fundamental a retomada das

obras de conclusão das eclusas de Tucuruí, para minimizar os custos de transporte.

Para Jonas Pinheiro, "os centros dinâmicos de um país assim o são porque foram beneficiados pelas circunstâncias e por esforços dos governos. Já as regiões deprimidas se encontram nesta situação porque não vêm recebendo o devido estímulo por parte dos governos".

Em apertes, os senadores Carlos Bezerra (PMDB-MT) e Mauro Miranda (PMDB-GO) apoiaram o pronunciamento de Jonas Pinheiro.



Jonas Pinheiro

Alca: Mauro vê divergências



Mauro

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) disse que o primeiro dia de debates para a criação da Alca "coloca a nu" divergências em relação ao cronograma e à forma de implementação do acordo.

Ele afirmou ser fundamental que o Mercosul mantenha o ano de 2005 para implantação da Alca, a fim de "impedir que pressões de países mais poderosos economicamente se sobreponham aos objetivos de desenvolvimento integrado dos que se encontram em estágio inferior de desenvolvimento".

Ele afirmou ser fundamental que o Mercosul mantenha o ano de 2005 para implantação da Alca, a fim de "impedir que pressões de países mais poderosos economicamente se sobreponham aos objetivos de desenvolvimento integrado dos que se encontram em estágio inferior de desenvolvimento".

Távola fala sobre Brahms

O senador Artur da Távola (PSDB-RJ) fará hoje uma palestra sobre a vida e a obra do compositor e pianista alemão Johannes Brahms, cujo centenário de morte está sendo lembrado em todo o mundo. A palestra será na Biblioteca do Senado, às 18h. Título da exposição: "A Brahms no centenário de sua morte. Estará morto o romantismo?"



Távola

O senador Artur da Távola (PSDB-RJ) fará hoje uma palestra sobre a vida e a obra do compositor e pianista alemão Johannes Brahms, cujo centenário de morte está sendo lembrado em todo o mundo. A palestra será na Biblioteca do Senado, às 18h. Título da exposição: "A Brahms no centenário de sua morte. Estará morto o romantismo?"



Ladeado por Abdias e Quintanilha, Ademir preside a reunião da CAS

CAS aprova projeto que prevê titulação de terras dos quilombos

A Comissão de Assuntos Sociais, presidida pelo senador Ademir Andrade (PSB-PA), aprovou ontem - por unanimidade - parecer favorável, do senador Nabor Júnior (PMDB-AC), a projeto da senadora Benedita da Silva (PT-RJ) que disciplina o procedimento de titulação imobiliária aos remanescentes das antigas comunidades negras dos quilombos. Os senadores Abdias Nascimento (PDT-RJ) e Valmir Campelo (PTB-DF) destacaram, ao votar, o mérito da proposição.

O senador Abdias Nascimento disse que a iniciativa da senadora Benedita da Silva atende a antigo clamor da comunidade afro-brasileira, e, com ela, a nação brasileira

terá oportunidade única de oferecer cidadania plena à comunidade negra injustiçada. Ele apresentou requerimento, também aprovado, pedindo a imediata apreciação da matéria.

Benedita da Silva expressou seu agradecimento ao povo Kalunga, que, conforme afirmou, deu, durante a Assembleia Nacional Constituinte, sustentação para que fosse inserido nas Disposições Transitórias o artigo que o projeto de agora regulamentava.

Também se manifestaram os senadores Mauro Miranda (PMDB-GO) e José Roberto Arruda (PSDB-DF), exaltando a extensão e o alcance da matéria para a comunidade negra.

Suassuna: cobrar com terceirização

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) defendeu a terceirização na cobrança das dívidas públicas federais, a exemplo do que fez a Argentina e que hoje é um sucesso.



Suassuna

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) defendeu a terceirização na cobrança das dívidas públicas federais, a exemplo do que fez a Argentina e que hoje é um sucesso.

Suassuna disse que propôs, no ano passado, a terceirização na cobrança das dívidas do governo federal, com o objetivo de arrecadar os recursos que o Executivo precisa para aplicar em setores básicos, como saúde, transportes, educação e segurança.

Lucena elogia jornal O Norte



Lucena

O senador Humberto Lucena (PMDB-PB) registrou ontem o 89º aniversário do jornal *O Norte*, de João

Pessoa, pedindo transcrição, nos Anais da Casa, do artigo "Comprometido com a Paraíba", de Marcondes Brito, superintendente dos Diários Associados no estado.

Lucena falou em nome também dos senadores Ronaldo Cunha Lima e Ney Suassuna, que integram a bancada da Paraíba no Senado.

A SESSÃO DE ONTEM DO SENADO FEDERAL FOI PRESIDIDA PELOS SENADORES ANTONIO CARLOS MAGALHÃES, GERALDO MELO, JOEL DE HOLLANDA, VALMIR CAMPELO E EPTÁCIO CAFETEIRA

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães - **1º Vice-Presidente:** Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Júnia Marise - **1º Secretário:** Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio - **3º Secretário:** Flaviano Melo
4º Secretário: Lucídio Portella

Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúdio Coelho - Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agacieli da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Senado na Internet - <http://www.senado.gov.br>

O *Jornal do Senado* é distribuído também nos vãos da Vasp, Varig, Transbrasil e Líder que saem de Brasília

Jornal do Senado

Órgão do Senado Federal (Ato da Comissão Diretora nº 20, de 1996)
 - **Endereço:** Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - Telefones: (061) 311-3331 - 311-3333 - 311-3335 e Fax: 311-3137 - Brasília - DF

Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade

Editores - Djalba Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso

Diagramação - Sérgio Luiz e Wesley Carvalho

Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Jane Araújo e Júlio Essuy

Revisão - Lindolfo Amaral, Fernando Varela e João Ribeiro

Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.